

ENVELHECIMENTO E RUALIZAÇÃO: Representações sociais de pessoas idosas em situação de rua¹

Paulo Roberto Santos Reis Soares²
João Marcos de Oliveira Cavalcanti³

RESUMO

Este estudo consistiu em uma investigação de cunho fenomenológico, a partir de uma pesquisa de opinião pública, que teve como objetivo analisar as representações sociais elaboradas por estudantes universitários sobre pessoas idosas em situação de rua. Foram entrevistados 313 participantes de diferentes faixas etárias pertencentes a instituições públicas e privadas. As entrevistas foram realizadas por meio do instrumento Google Forms. Os dados foram analisados através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que permitiu a categorização e processamento das informações coletadas. O artigo foi dividido em três seções, a saber: representações sociais de rotina, representações sociais de estereótipos e representações sociais de compromisso com pessoas idosas em situação de rua. Os resultados apontaram a existência de uma dupla sobreposição de vulnerabilidade associada às velhices e os contextos de pessoas em situação de rualização, evidenciando a complexidade dos fenômenos. Além disso, notou-se que as representações sociais de pessoas idosas em situação de rua estão carregadas de estereótipos, que podem fomentar preconceitos e discriminações contra essa população em estado de extrema vulnerabilidade. Em suma, considerou-se a necessidade de ampliação de outros estudos, para promover políticas públicas emancipatórias.

Palavras-chave: Representações sociais, Envelhecimento, Pessoa Idosa, Rualização.

ABSTRACT

This study consisted of a phenomenological investigation, based on a public opinion survey, which aimed to analyze the social representations created by university students about elderly people living on the streets. 313 participants from different age groups belonging to public and private institutions were interviewed. The interviews were conducted using the Google Forms instrument. The data were analyzed using Bardin's Content Analysis technique (1977), which allowed the categorization and processing of the collected information. The article was divided into three sections, namely: routine social representations, social representations of stereotypes and social representations of commitment to elderly people living on the streets. The results pointed to the existence of a double overlap of vulnerability associated with old age and the contexts of people in a situation of streetization, evidencing the complexity of the phenomena. In addition, it was noted that the social representations of elderly people living on the streets are loaded with stereotypes, which can foster prejudice and discrimination against this population in a state of extreme vulnerability. In short, the need to expand other studies was considered to promote emancipatory public policies.

Keywords: Social representations, Aging, Elderly Person, Streetization.

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

² Bacharel em Teologia, especialista em Gerontologia. Graduando pela Universidade Católica do Salvador.

³ Doutor em Psicologia, Psicólogo. Docente do Curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador.

1 INTRODUÇÃO

A evidência de que há um crescimento vertiginoso da população envelhecida, no âmbito mundial, provoca uma série de observações e estudos sobre a temática do envelhecimento. O Brasil, seguindo o itinerário de tantos outros países em desenvolvimento, é exemplo desse quadro estatístico (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). Estima-se que, daqui a alguns anos, os velhos representarão mais de 13% da população, isto é, mais de 30 milhões de pessoas (MENDES et al., 2015). A projeção é que a taxa de natalidade continue a decrescer, enquanto o público idoso permaneça ascendendo progressivamente (JACINTO; RIBEIRO, 2015).

O fato é que a expectativa de vida dos brasileiros e brasileiras vem aumentando gradativamente e as variações aparecem na idade e no sexo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a longevidade entre os homens passou de 72,8 anos em 2018 para 73,1 anos em 2019, enquanto que as mulheres passaram de 79,9 anos para 80,1 anos. Notam-se alguns fatores que estão contribuindo para tal fenômeno: os avanços técnico-científicos da área de saúde, a globalização, o aprimoramento das técnicas de produção e, como consequência, a ascensão do desenvolvimento socioeconômico, que deram ao Brasil o título de emergente. Assim sendo, as vacinas, os antibióticos, as quimioterapias e tantos outros meios de cura e prevenção de doenças são exemplos desse novo quadro (RABINOVICH; MOREIRA; FRANCO, 2012). Constata-se, ainda, o movimento da globalização, o aprimoramento das técnicas de produção, com fortes políticas de exportação e importação de produtos agropecuários. Além do mais, com estímulo do empreendedorismo, inovação e geração de novos empregos (BARROS; PEREIRA, 2008).

O envelhecimento humano é um fenômeno complexo, pois não se apresenta apenas como uma condição biopsicossocial do indivíduo, mas também como existencial. Daí a variedade de conceitos que, como todas as situações humanas, estão passíveis de modificações ao longo do tempo. O fator biológico indica alterações significativas nas células, tecidos e órgãos, passando pelos processos complexos de pensamentos e de contingências ambientais e culturais (VARGAS, 1983). Na realidade, a multiplicidade de referências literárias pontuam traços do envelhecimento associados ao curso de vida. Deste modo, o envelhecimento, na perspectiva desenvolvimentista, começa com o nascimento e conclui-se com a morte.

Assim, faz-se necessária uma breve distinção. Envelhecimento e velhice não são a mesma coisa. No imaginário social, é comum que sejam utilizados como sinônimos, porém os termos possuem significados e características diferentes. O envelhecimento é a estrutura processual sociovital durante o curso de vida e participa da ordem natural, porque manifesta

permutações orgânicas durante o tempo. (DARDENGO; MAFRA, 2018). Enquanto que a velhice aparece muito mais como objeto personalista, capaz de variar com o tempo e espaço produzido a partir de elementos exógenos e endógenos. A idade é um marcador considerável, mas não é o único. Outros fatores aparecem na construção das velhices, como, por exemplo, o estilo e os hábitos de vida do indivíduo (DARDENGO; MAFRA, 2018).

As velhices, no plural, são constituídas a partir da subjetividade de cada indivíduo. A velhice pode aparecer como um assombro (BEAUVOIR, 1990) ou como um dos maiores triunfos da humanidade (OMS, 2005). A longevidade continua sendo um fenômeno que assusta, porque ventila as temáticas da existência, finitude e perdas. Os parâmetros sociais da idade dependem, também, de fatores culturais e ambientais. Daí a concepção de que as velhices são confluências de fatores socialmente construídos (OMS, 2005), e os espaços públicos podem influenciar nessas representações.

A pluralidade de vivências e experiências de envelhecimento colocam desafios ainda maiores para a compreensão do processo de rualização de pessoas idosas. A rualização é um termo utilizado por alguns estudiosos para indicar que a pessoa não deve ser definida como indivíduo de rua, no sentido ontológico. Rualização é uma construção situacional no tempo e no espaço. Diz respeito aos condicionamentos de se *estar* na rua e não de *ser* de rua

(ABREU; SALVADORI, 2015). Faz menção àquele indivíduo que, por várias razões, fez da rua o seu espaço habitacional, transitando por diversos lugares públicos como, pensões, praças, calçadas, albergues, embaixo de viadutos e pontes (MATTOS; FERREIRA, 2005).

O fenômeno de pessoas que vivem em situação de rua vem se intensificando no Brasil, desde a década de 1990, sobretudo nas grandes metrópoles (FILGUEIRAS, 2019; SERAFINO; LUZ, 2015). Na cidade de Salvador- Bahia, estima-se que existam, em média, 17 mil pessoas em situação de rua (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017). Esse número pode ser ainda maior, após o evento da pandemia de COVID 19, que trouxe como consequências a fome, o desemprego e a alta da inflação. Neste contexto, a população mais atingida foi aquela que vivia no mercado informal e residia em áreas precárias, sem acesso à água potável, moradia digna e outros direitos (COSTA, 2020).

Nota-se que os sintomas sociais agravados pela pandemia podem impulsionar o processo de rualização, pois a condição da pessoa em situação de rua reflete as marcas das desigualdades sociais, desamparo, conflitos familiares, desemprego, inacessibilidade ao direito da Previdência Social e tantas outras circunstâncias. De acordo com Kasper (2006, p. 7): “Viver na rua constitui uma condição, isto é, um conjunto de constrangimentos e de recursos a partir dos quais devem ser construídas as bases materiais e simbólicas da existência”. Logo, a

condição não define como o indivíduo vive o processo de realização. A forma de lidar com as circunstâncias pode variar, a partir das necessidades e interpretação de cada pessoa.

Desde o século XIX, que a rua vem perdendo as características de espetáculo e representação social de interação entre as pessoas. A partir dos adventos da Revolução Industrial, êxodo rural e processo de massificação das grandes cidades, a rua tem se tornado, cada vez mais, um espaço de insegurança e segregação social (D'INCAO, 1992). Contudo, os estratos sociais sobre as vivências na rua são múltiplos. Mesmo com um horizonte de medos e incertezas, a rua continua sendo um espaço onde os corpos diferentes se encontram e se tocam. Vieira, Bezerra e Rosa (1994, citados por Costa, 2005) indicam algumas situações de permanência na rua: as pessoas que ficam nas ruas, enquanto estado circunstancial; e pessoas que estão na rua, aquelas que consideram a rua como espaço de oportunidades, exemplo, os guardadores de carro, catadores de latinhas e etc.

Embora o contexto da ocupação da rua, enquanto habitat, possua algumas características adaptativas comuns às diversas comunidades instaladas nestes espaços, o modo de vida e o estilo de vida variam. Cada indivíduo dispõe de recursos singulares para a sua sobrevivência nesses lugares, mesmo sob os ditames da marginalização. De maneira geral, no Brasil, os indivíduos do sexo masculino representam 82% dessa população. Os considerados pardos e negros correspondem quase 60%. Sendo que, na cidade de Salvador-BA, a população negra em situação de rua chega a 88,9% (CARVALHO; SANTANA; VERDEK, 2017). Quase 20% a mais do que a média nacional. Essa tendência aponta a questão racial como um dos fatores relevantes para compreender a complexidade da realização na capital baiana. Por isso, a população em situação de rua é caracterizada como heterogênea, composta por pessoas de diferentes realidades, porém possuem condições de pobreza extrema, vínculos interrompidos ou fragilizados (FRANCISCO, 2022).

Nota-se, no pensamento de Simões (1998), que a velhice, antes dos anos 1960, já foi associada à pobreza. Pessoas em situação de rua também foram emparelhadas, ao longo do tempo, à mesma condição de pobreza, como significação da privação de diversos direitos: habitação digna, educação, segurança alimentar, emprego e saúde (ESMERALDO; XIMENES, 2021). Costa (2005) aponta, ainda, outros aspectos, como, elementos negativos do sistema capitalista, gerador da fragilização de suportes sociais. Já D'Incao (1992) sublinha o processo de urbanização no Brasil, que desenvolveu outros modos de ser e de viver a sociabilidade urbana. Diante disso, o envelhecer nas grandes cidades tornou-se um mal-estar social (VÉRAS; FELIX, 2016).

Para o indivíduo velho, as dificuldades da rua estão atreladas, sobretudo, pelas perdas da autoestima, autonomia, independência, saúde mental e qualidade de vida (FRIAS et al., 2014). Essas características evidenciam um processo de envelhecimento complexo, que atravessa as dimensões do bem-estar social e psicológico. Outrossim, o cuidado com a saúde mental da pessoa idosa é socialmente negligenciada (COELHO; MOTTA; CALDAS, 2019). A partir da estigmatização e preconceitos em relação ao velho, tem-se uma mentalidade social de associar alguns transtornos mentais e comorbidades em geral ao estágio da velhice. Daí uma explicação razoável para os eventos de negligência e abandono.

Em conformidade com os estudos de Thomazini (2019), o abandono sofrido pelas pessoas idosas, por parte da família e do Estado, é um dos principais fatores que ajuda a explicar o fenômeno de rua. Espetita e Martins (2006) evidenciam outros aspectos, como, por exemplo, o aparecimento de determinadas patologias que causam certo grau de dependência, a título de exemplificação, as doenças de alzheimer e parkinson; assim como a pobreza e os conflitos intergeracionais.

Na concepção de França e Murta (2014, p. 320) , a saúde mental da pessoa idosa:

prevê a aplicação de estratégias que favoreçam a prevenção de transtornos mentais, a descoberta precoce, o tratamento dessas doenças, com inclusão de procedimentos de diagnósticos, medicação adequada, psicoterapia e capacitação de profissionais e demais pessoas que atendam esse público. Além disso, está prevista a elaboração de ações que eduquem e conscientizem a população para o alcance de uma velhice com saúde física e mental bem como o fortalecimento de uma rede de cuidados e apoio aos idosos com o envolvimento da família, voluntários e comunidade.

A idealização de uma saúde mental do idoso dentro de um processo de envelhecimento ativo e saudável está distante das vivências de indivíduos velhos nas ruas, que vivem os riscos das perdas da autonomia, independência, exercício da cidadania, segurança e bem-estar (FRANÇA; MURTA, 2014). As variantes acima citadas propiciam a prevalência de sofrimento psíquico e/ou transtornos mentais. Assim, as precarizações de vida e saúde dos indivíduos em questão podem sofrer agravamento com o aparecimento do uso abusivo do álcool e outras substâncias psicoativas, falta de higiene e ausência de documentação de identificação. Elementos que acabam dificultando o acesso das pessoas em situação de rua aos serviços de saúde e atenção psicossocial, no contexto da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e diminuindo a expectativa de vida dos velhos (WIJK; MÂNGIA, 2017).

Silva e Gutierrez (2013) sinalizam que a situação dos velhos em condição de rua é, ainda, pouco investigada na literatura. Contudo, os mesmos estudiosos comprovaram, na amostra dos seus trabalhos, que os velhos com tal vulnerabilidade social tendem a associar

qualidade de vida com o nível de independência, no sentido da mobilidade, realização das atividades cotidianas e capacidade para o trabalho; ambiente, como expressão da segurança física; e por fim, aspectos psicológicos, através de categorias de valorização da autonomia, imagem corporal e aparência, atividade sexual e intimidade e perspectivas de vida. Neste sentido, os velhos podem apresentar dificuldades para aceitar limitações físicas e doenças (WITTER, 2006), mas também as barreiras impostas pelos condicionamentos da realização.

Em 1994, como fruto do Sistema Único de Saúde (SUS), surgiu a Política Nacional do Idoso (PNI, 1994), que, por sua vez, instituiu o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI, 1994), e como consequência desenvolveu o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a fim de garantir direitos de autonomia e liberdade para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994). Além disso, tais iniciativas propuseram políticas públicas específicas para a pessoa idosa, ressaltando a promoção do envelhecimento ativo, através da aplicação de estratégias de prevenção e cuidado integral à saúde física e mental, mas também nas dimensões espiritual e social.

Dentre os itens citados nas políticas públicas para pessoas idosas, destaca-se o conceito de saúde, que tem passado por um processo complexo de transformações ao longo do tempo (SCLIAR, 2007). As influências culturais, históricas e políticas resultaram na problematização da hegemonia da definição atrelada ao campo biomédico, que reduzia a saúde como ausência de doenças (BARROS, 2022). A partir de tais pressupostos, a multidisciplinaridade das práticas em saúde e saúde mental têm proposto uma visão holística acerca da compreensão e conceituação dessas terminologias (BRAUNER; FERRAZ, 2017).

Deste modo, as diversas áreas do saber estão incorporando, gradativamente, uma relação da saúde com os seus determinantes sociais (CABRAL; VIANA; GONTIJO, 2020). Esse repertório atravessa a saúde em todas as dimensões da vida, desde o saneamento básico até as condições mínimas de moradia. Os riscos emergidos da condição de rua desfavorecem o estilo de vida saudável, preservação da cognição, regulação das emoções, participação social ativa, acesso à saúde e enfraquecem a otimização biológica e psicológica dos indivíduos na velhice (RIBEIRO, 2015).

As políticas públicas integrativas são necessárias para atender às múltiplas demandas que aparecem no contexto social de rua. O envolvimento participativo e dialógico entre os membros da comunidade de saúde e saúde mental precisam estar abertos às práticas interdisciplinares e transdisciplinares. A problemática não será amenizada ou exterminada se não houver vontade e iniciativa dos poderes públicos, contribuição dos profissionais de todas as áreas e organização da sociedade civil em geral. As pessoas que fazem da rua o seu principal

espaço de convivência expõem vulnerabilidades complexas de desigualdades e processos de exclusão social. Além disso, a problemática não deve ser considerada de maneira unívoca e monocausal, pois o caráter multifacetado da realização deixa lacunas para mais estudos e aprofundamentos científicos (BOTTEI et al., 2010).

O indivíduo em situação de rua é transformado pelo ambiente, mas também modifica esse mesmo espaço, sendo capaz de criar outras relações sociais e conceitos de fronteira entre o público e o privado (COSTA, 2005). Nessa esteira, considera-se que o envelhecimento, velhice e realização não são sistemas homogêneos. Investigar fatores de saúde mental na perspectiva de pessoas em condições problemáticas sublinha a necessidade de compreender o indivíduo em diferentes contextos socioculturais, políticos e econômicos. O indivíduo concreto em estado de sofrimento mental interage, de forma simbiótica, com os diversos contextos que o envolvem (NASCIMENTO, 2012).

Deste modo, ser pessoa idosa no sistema de rua é diferente de tantas outras experiências de envelhecimento. As singularidades dos eventos produzidos nos espaços de convivência comunitária, nas ruas, marcam uma nova definição de velhice. Daí as múltiplas representações sociais acerca de pessoas idosas em situação de realização, que constituem juízos de valor que são compactuados por um determinado grupo (MARTINS; RODRIGUES, 2004). Outrossim, a teoria das representações sociais é uma das ferramentas da psicologia social, para compreender a dinâmica das relações entre grupos, sob o prisma da cultura e da sociedade. Dessa forma, o indivíduo tem a possibilidade de construir e descrever explicações para os objetos sociais. Moscovici (2003) acentua, que o propósito das representações sociais são a comunicação e a condução na elaboração de novos discursos. Além disso, ressalta que é um dever da psicologia elucidar a temática das representações coletivas.

Destarte, toda representação busca transformar o que é estranho em algo familiar, próximo da realidade de todos os agentes sociais. Levando-se em conta, os pressupostos acima, a teoria das representações sociais torna-se pertinente, para designar e categorizar os conteúdos que fazem referência à população em estudo. Esse contingente populacional continua acometido de apagamento, nas diversas áreas sociais, sobretudo no meio acadêmico.

Ao mesmo tempo, os recentes estudos demonstram que a problemática de pessoas idosas em situação de rua aumenta a cada dia no Brasil, sendo que o país não vem se preparando adequadamente para lidar com os desafios dos fenômenos do envelhecimento e da realização. Tal contribuição pode ser acrescida através de recursos e dispositivos para a reversão da situação de realização, bem como garantia de direitos e assistência humanizada. Este artigo tem

como objetivo analisar as representações sociais elaboradas por estudantes universitários sobre pessoas idosas em situação de rua.

2 MÉTODO

2.1 DELINEAMENTO

Este é um estudo de investigação fenomenológica feito a partir de uma pesquisa de opinião pública. Destaca-se que a pesquisa fenomenológica explora a forma como os indivíduos experimentam os eventos que lhes aparecem. Para tal, o método fenomenológico refere-se a suspensão provisória de teorias e suposições que o investigado tem conhecimento. Essa atitude do pesquisador é denominada de *epoché*, que significa colocar os juízos entre parênteses, a fim de aproximar-se da dimensão essencial do fenômeno, enquanto manifestação da realidade em si (SILVA; OLIVEIRA, 2018).

No caso da presente pesquisa, o fenômeno analisado refere-se a um estudo de Opinião Pública (OP). De acordo com Weber e Pérsigo (2017, p. 7): “Estudar a opinião pública significa colocar-se frente a um emaranhado cenário de diferentes perspectivas que sofrem influência do contexto social, político e temporal no qual são analisadas.” Nessa esteira, a opinião pública é compreendida como a percepção da maioria das pessoas: “de grupos sociais, de opiniões individuais ou, até mesmo, como a soma de percepções similares sobre algo contabilizadas por meio de uma pesquisa” (ibid.).

2.2 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo 313 estudantes universitários. Conforme observado na presente pesquisa de opinião pública, as pessoas do sexo feminino foram as que mais responderam o questionário, cerca de 75,7%, enquanto que as pessoas do sexo masculino foram cerca de 24%. Além disso, cerca de 0,3% dos participantes não se identificaram com nenhum dos gêneros apresentados. Outro quesito verificado diz respeito à cor/raça dos entrevistados. Os grupos pretos e pardos somam cerca de 71% dos participantes, enquanto aqueles que se autodeclararam brancos somam cerca de 27,5%. Sendo que cerca de 62% dos indivíduos participantes estudam em instituição privada ante cerca de 38% daqueles que estão em instituição pública.

Tabela de identificação sociodemográfica

Variáveis	N	Frequência
Gênero		
Feminino	237	75%
Masculino	75	24%
Outro	1	0,3
Não me identifico com nenhum gênero	0	0
Idade		
18 anos a 24 anos	111	36%
25 anos a 34 anos	68	22%
35 anos a 44 anos	48	15%
45 anos a 59 anos	71	23%
60 anos ou mais	15	4%
Cor/raça		
Branca	86	27,5%
Preta	75	24%
Parda	147	47%
Indígena	1	0,3%
Outra	4	1,3%
Religião		
Católica	176	56,2%
Candomblé	2	0,6%
Evangélica	54	17,3%
Espírita	31	9,9%
Judaica	0	0
Muçulmana	0	0
Outra	12	3,8%
Não possui religião	38	12,1%
Natureza da instituição de ensino		
Pública	119	38%
Privada	194	62%

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os estudantes universitários foram convidados de diferentes formas para participar da pesquisa. As estratégias utilizadas foram: divulgação de mensagens padronizadas sobre a pesquisa em redes sociais digitais, como, Whatsapp, Instagram, endereço de e-mail, bem como a utilização da técnica bola de neve e (Snowball), onde havia o link do estudo para ser divulgado com outros indivíduos que tivessem o perfil almejado para a pesquisa.

Os participantes foram convidados individualmente ou coletivamente, contudo de modo sigiloso. Não foi solicitado nenhuma informação que pudesse identificar o participante, visto que, geralmente, as mensagens eram disparadas em massa.

2.4 INSTRUMENTOS

Aplicou-se um questionário semiestruturado, a partir do serviço do Google Forms. Este formulário permitiu a produção de um instrumento online com questões de múltipla escolha e discursivas. As quinze perguntas abertas e fechadas contemplaram aspectos sociodemográficos, como, idade, raça, religião, gênero e instituição de ensino, bem como foram exploradas as opiniões do público-alvo sobre velhices em contexto de rualização englobando percepções de definição de rualização, trabalho, rotina, riscos e outros. O roteiro propôs questões que buscavam compreender as representações sociais de velhices em contexto de rualização, como, por exemplo, o cotidiano, as estratégias de resolução e os riscos. As questões foram as seguintes: (a) Com qual frequência você vê pessoas em situação de rua, também chamados de moradores de rua?, (b) Para você, qual(is) o(s) motivo(s) para as pessoas estarem em situação de rua?, (c) Com qual frequência você vê idosos em situação de rua?, (d) Quanto a idosos especificamente, qual(is) o(s) motivo(s) que você acredita serem responsáveis para eles estarem em situação de rua?, (e) O que você sente quando vê ou pensa em idosos em situação de rua?, (f) Como você acredita que seja o cotidiano de idosos em situação de rua?, (g) Quais os riscos que você acredita que existam para idosos em situação de rua?, (h) O que você acredita que deve ser feito quando alguém vê um idoso em situação de rua?, (i) Como você acredita que pode ser resolvido o problema de idosos em situação de rua? e (j) Para finalizar, liste três adjetivos que você daria para idosos em situação de rua.

2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

As respostas dos questionários foram automaticamente enviadas para o email dos pesquisadores, que criaram categorias para as informações, a fim de facilitar a interpretação do fenômeno. Tal categorização foi feita através da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977, que permite uma pré-análise dos dados, a partir de uma leitura flutuante; exploração do material, que compreende a codificação e categorização do material; e por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, capazes de produzir inferências. Estes dados foram descritos e analisados, em conformidade com o objetivo do estudo.

2.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa de opinião pública seguiu as normas da Resolução 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que oferece diretrizes éticas para pesquisa envolvendo seres humanos. Mesmo não submetendo o projeto ao Sistema CEP/Conep para pesquisa de opinião pública, os pesquisadores buscaram garantir os direitos dos participantes, prestando-lhes as informações necessárias, através de uma carta convite.

Para garantir o anonimato e a segurança dos participantes, os pesquisadores não solicitaram qualquer informação de identificação, tais como: nome e endereço de e-mail dos indivíduos. Na carta convite, ficou assegurado ao participante o direito de receber resposta a qualquer dúvida que tivesse, tendo liberdade de, a qualquer momento, deixar de responder o questionário sem qualquer prejuízo para si ou para terceiros. Além disso, foi explicitado o objetivo do estudo, com fins exclusivos à produção e divulgação deste artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados que serão discutidos exploram as percepções dos participantes sobre os fenômenos das velhices e contextos de realização. A captação das informações é desvelada a partir das opiniões públicas obtidas durante os questionários. Dessa maneira, diferentes fenômenos foram encontrados em distintas opiniões sobre representações sociais de pessoas idosas em situação de rua. Assim, os achados do estudo foram organizados e discutidos em três subtópicos, a seguir: (a) Representações de Rotina de Pessoas Idosas em Situação de rua, (b)

Representações de Estereótipos de Pessoas Idosas em Situação de Rua e (c) Representações de Compromisso com Pessoas Idosas em Situação de Rua.

3.1 REPRESENTAÇÕES DE ROTINA DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A categoria Representações de Rotina unifica as representações sociais dos participantes a respeito de como acreditam que seja o cotidiano das pessoas velhas realizadas. Para 76,4%, a rotina dessa população está marcada pela procura por um lugar para dormir; em seguida, aparece o item “ficam esperando ajuda”, com 62% das respostas. A partir disso, formaram-se duas subseções, para analisar os presentes dados, a saber: (a) vagante, que traduz a imagem de que pessoas em contexto de rua ficam vagando o dia inteiro atrás de dormitório e (b) pedinte, para buscar elucidar a representação de que a rotina estaria associada ao movimento de pedir esmolas.

A pessoa idosa em situação de rua como vagante simboliza a trajetória histórica do Brasil. Primeiro, com a Abolição da Escravatura (1888), que não deu condições efetivas de liberdade, pois não houve políticas públicas que garantissem direitos para as pessoas pretas que foram escravizadas. Pelo contrário, houve uma política de segregação racial fazendo com que as pessoas pretas vivessem às margens da sociedade, inclusive sem direito à moradia (NASCIMENTO; MEDEIROS, 2010). Segundo ponto, ressalta-se a Revolução Industrial, no século XIX, pois, a partir desse processo, as pessoas começaram a migrar do campo para a cidade em vista de oportunidade de trabalho (BUENO, 2013).

Entretanto, o êxodo rural acentuou a dinâmica de ocupação dos logradouros públicos provocando a massificação dos grandes centros urbanos (D'INCAO, 1992). Esse movimento gerado pelo capitalismo industrial passou a priorizar a mão de obra jovem e descartar outros segmentos populacionais (BUENO, 2013). A velhice, então, passou a ser caracterizada pela invalidez e improdutividade frente ao sistema de mercado econômico, o que ocasionou o aumento de instituições de longa permanência e a realização, sobretudo dos mais pobres.

Nesse sentido, a rua, que antes era vista como lugar privilegiado para a socialização intergeracional, tornou-se um ambiente de grave violação de direitos, um deles o acesso à saúde. Sobre os possíveis riscos que existam para idosos em situação de rua, os entrevistados acreditam que seja maior exposição às doenças (84,7%), desnutrição (81,5%), depressão (80,8%), baixa expectativa de vida (76%) e invisibilidade social (70,9%). Dos demais riscos sugeridos pela pesquisa, destaca-se o item contaminação por COVID 19, que recebeu atenção de 69% dos entrevistados.

Langa (2012) identificou, nos seus estudos, alguns riscos das vivências nas ruas, dentre eles confirma-se a maior exposição às doenças. Pessoas idosas tendem a uma posição de maior fragilidade física, por causa do próprio processo de envelhecimento. Porém, quando se trata de indivíduos idosos em situação de rua consideram-se os fatores determinantes da saúde que não corroboram para uma melhor qualidade de vida (CABRAL; VIANA; GONTIJO, 2020). As suscetibilidades ou predisposições a elementos estressores contribuem para agravamento da saúde física e mental dos indivíduos em situação de rua (MATTOS, 2017). Os estudos de Mattos (2017) identificam as patologias mais presentes nesse segmento populacional, como, por exemplo, a hipertensão arterial, bronquite e diabetes. Sendo que, há uma maior prevalência entre as mulheres do que entre os homens.

Nota-se, ainda, um fator estressor acerca dos distúrbios do sono. Muitas pessoas em situação de rua relatam que a noite traz muitas inseguranças e violências. A preocupação com os eventos perigosos dificulta com que as pessoas em situação de rua gozem do sono, com segurança e qualidade (AGUIAR, IRIART, 2012). Algumas nem conseguem dormir, buscam manter-se acordadas de alguma maneira, como estratégia de proteção. Dessa forma, o tempo noturno é utilizado para atividades laborais, como, a coleta de lixo. Contudo, umas das maneiras de se ficar acordado é fazendo uso de substâncias psicoativas, como, crack, maconha, cocaína e bebidas alcoólicas (AGUIAR, IRIART, 2012). Além de mecanismos de segurança, alguns indivíduos em situação de rua apontam tais recursos psicoativos como forma de suportar os sofrimentos do contexto de rua.

Em relação à depressão, o estudo de Botti et al. (2010), detectou que há uma prevalência entre os homens. Embora os estudiosos não apontem as razões pelas quais os indivíduos do sexo masculino estariam mais predispostos a esse tipo de doença do que as mulheres, sabe-se que o fato de estar em situação de rua combinado com outros elementos estressores favorecem o desenvolvimento da depressão, reduzindo a capacidade das pessoas em enfrentar as dificuldades. Outros agentes de risco operam, a partir da falta de autocuidado, higiene pessoal, ausência de atividade física, alimentação inadequada e outros elementos que estão presentes no contexto de rua (MATTOS, 2017).

A pesquisa de Mattos (2017) mostra que o envelhecimento no contexto de rua está associado, sobretudo, a doenças e uso de medicamentos. Evidencia-se que a maioria dos indivíduos em situação de rua dizem usar remédios para cuidar da saúde mental. No entanto, o acesso à assistência de saúde é precário ou nulo. Muitos indivíduos não possuem documentos de identificação e comprovação de residência, exigências burocráticas, que desfavorecem a obtenção de ingresso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esse processo burocrático dificulta o acesso à saúde e desafia o próprio princípio de universalidade do SUS (ROSA; CAVICCHIOLI;

BRÊTAS, 2005). Esse ambiente hostil às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade sustenta, ainda mais, a marginalização dessa população.

Logo, a rotina de pessoas idosas em situação de rua denuncia a vulnerabilidade ambiental a que esses indivíduos estão sujeitos. Daí a baixa expectativa de vida, que é um dos aspectos negativos encontrados nessa vivência nas ruas (WIJK; MÂNGIA, 2017). Nota-se, também, que a percepção dos indivíduos idosos em situação de rua é que o envelhecimento ocorre de maneira vertiginosa, e que pessoas rualizadas se sentem mais velhas antes dos 60 anos de idade devido às condições precárias do contexto da rua (BUENO, 2013). Tal informação sublinha o aspecto subjetivo-psicológico da velhice, que não coincide diretamente com a idade cronológica e social (DUARTE, 2007).

A velhice, que é multifacetada, por isso velhices, sofre as influências dos determinantes sociais e dos hábitos de vida diária (DARDENGO; MAFRA, 2018). Assim, como o espaço público é múltiplo e pode ser ocupado de maneiras distintas. A complexidade das rotinas dos indivíduos varia a partir do contexto da cidade, se é de pequeno, médio ou grande porte, bem como as infraestruturas presentes nela. Sendo que, os indivíduos, nessa realidade, podem se apropriar de terrenos baldios, pontes, praças, marquises, casas ou prédios abandonados (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014).

Os participantes do estudo tendem a associar os indivíduos idosos em situação de rua como aqueles que buscam dormitório. Nessa senda, o dormitório pode ser compreendido como ocupação de espaço provisório ou permanente. Considerando a segunda hipótese, o dormitório assume a representação de moradia, que se dá a partir do *animus* de permanência, bem-estar e proteção (SILVA, 2006). Por isso, que o estar na rua não corresponde ao mesmo que ser de rua, pois tal espaço não deve ser legitimado como status de moradia.

Existe uma distinção ontológica. A condição de rua não define pessoas, mas a situação de vulnerabilidade infere sobre o contexto do indivíduo. Visto que, a moradia tem significados e marcadores diferentes da situação de rua (KASPER, 2006). Pessoas idosas em situação de rua, de acordo com Quiroga (2007), buscam a segurança de uma moradia definitiva e não transitória. Desse modo, a busca por dormitório, conforme resposta dos participantes da pesquisa vigente, tem uma dimensão simbólica dessa estabilidade. O dormir assume a imagem da pulverização dos fatores que conduzem o indivíduo às ruas, sendo a moradia fixa como principal meio de descanso.

Nesse íterim, algumas pessoas aproveitam as ruas como espaço de interação social, trabalho e lazer e outras como forma de refúgio. Outrossim, a rua, também tem a dimensão do aprendizado e as pessoas nessa situação constroem vínculos de afeto e expressões de liberdade (CAMPOS, 2012). Geralmente, as pessoas em situação de rua não vivem sozinhas, mas buscam

apoiar-se em pequenos grupos. Partindo dessa premissa, as vivências de vínculos afetivos são formas de sobrevivência. Para Maffezoli e Pretto (2019), a afetividade é uma necessidade primária do ser humano. É um modo de existir e coexistir dentro de uma teia social. Assim, na experiência das ruas, a convivência e identificação entre os pares geram um espírito de sociabilidade, na tentativa de amenizar os danos promovidos pela exclusão social, bem como pela situação de extrema vulnerabilidade.

Contudo, tratando-se da imagem do indivíduo em situação de rua, como vagante em busca de moradia, constitui-se a versão representativa, do ponto de vista social, do improdutivo e inválido. Mas, essa representação social não contempla os diversos estilos de vida, que fazem da rua um espaço de produtividade, através de trabalhos com artes, recicláveis, guardadores e limpadores de carros e vendedores ambulantes (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014). Pensar na rua como espaço de produtividade desafia os constructos elaborados pela opinião pública, que tendem a compreender a rua como lugar do ócio e da infertilidade.

Embora o espaço da rua seja amplo em estilos de vida, a sociedade atual busca maneiras de restringir essas expressões múltiplas. Essas restrições dizem respeito, sobretudo, a alguns espaços tidos como privilegiados, como, viadutos e monumentos históricos, onde existe um fluxo maior de pessoas, na atividade de lazer e turismo. Assim, os deslocamentos de pessoas em contexto de rua são feitos através do movimento de exclusão de lugares, com a construção de arquiteturas hostis a pessoas em situação de rua. Esses artefatos e dispositivos hostis restringem a circulação livre e utilização de usuários em espaços públicos, que são apropriados como se fossem privados (ROSANELI, 2019). Contudo, alguns espaços são mais flexíveis do que outros. Áreas não revitalizadas são lugares onde existe a maior presença de pessoas em situação de rua, até porque identifica-se a ausência de patrulhamento e policiamento (SICARI, ZANELLA, 2018).

De modo a sobreviver, apesar dos percalços da cidade, pessoas em situação de rua criam táticas para burlar normativas e convenções sociais, ressignificando os espaços e produzindo outras formas de vida. Esse elemento revela outra perspectiva da rualização, evidenciando a potência da criatividade de outros modos de viver (CASTIGLIONI, 2012). A título de exemplificação, tem-se o constructo da praça, que pode ser percebido como ponto de passagem e atos de violência, mas, também de práticas de cuidado, encontro e solidariedade. (KUNZ, HECKERT, CARVALHO, 2014). Essa dualidade acentua o caráter complexo e heterogêneo de se estar na rua e os condicionamentos, presentes no contexto de cada indivíduo, que são variados (ABREU; SALVADORI, 2015).

Outro aspecto que precisa ser analisado, é a representação social da pessoa em situação de rua como pedinte. Pessoas em contexto de rualização vivem na rua e sobrevivem da rua. As

estratégias de sobrevivência passam por uma busca fisiológica, pois as necessidades mais imediatas precisam ser supridas (AMORIM; PINTO, 2018). Os pedintes são pessoas que se alojam em pontos estratégicos, onde existe uma maior circulação de pessoas, para lhes solicitar recursos de alimentos, bebidas e outros. Nessa esteira, os pedintes que transitam na frente das igrejas, praças, mercados e tantos outros logradouros públicos parecem não fazer mais nada além de “pedir esmolas”.

A representação social do pediente faz alusão ao indivíduo que pede esmolas. É a percepção de que pessoas em situação de vulnerabilidade precisam de qualquer coisa para sobreviver. Sendo que, a resposta daqueles que transitam por elas, é a ação de esmola. Trata-se do discurso teológico medieval que alimentava a concepção de que o pobre estava fadado à pobreza e, portanto, dependente de esmolas (AMORIM; PINTO, 2018). Essa ideia que foi se tornando vulgar, ainda, tem força na contemporaneidade.

Entretanto, essa imagem passou por uma evolução histórica. Se antes a pobreza estava associada à ideia de predestinação divina, hoje, aparece a representação de que pessoas em situação de rua estão no ócio e na vagabundagem (AMORIM, PINTO, 2018). Na paisagem da rotina nas ruas, faz-se necessário compreender que esses indivíduos transformam as ruas e as ruas os transformam. Ambos são retroalimentados pelo mesmo processo (AGIER, 2011). O mesmo indivíduo que dorme na rua é o mesmo que pede alimento, água, veste e dinheiro. Enquanto algumas pessoas se divertem nas ruas, outras buscam sobrevivência; algumas trabalham com arte, com música, outras consomem esses artefatos. Há uma duplicidade de sentido na rua (MAGNANI, 1996).

Sendo que, a maioria das pessoas em situação de rua não possuem emprego formal, apesar de desenvolverem outras atividades laborais. Contudo, o marcador social do mercado de trabalho formal, aos moldes do sistema econômico atual, inclui ou exclui as pessoas do ciclo social. Frequentemente, indivíduos em situação informal são considerados como improdutivos e preguiçosos (SICARI; ZANELLA, 2018). Daí a representação de rotina desenhada pela ociosidade e pela vagabundagem (BURSZTYN, 2003). Assim, vagante e pedinte são expressões da representação social de vagabundagem (AMORIM; PINTO, 2018).

Porém, seria reduzir demais a vivência da rualização se levasse em conta apenas as necessidades orgânicas e o *modus operandi* do mercado de trabalho. A busca pelo reconhecimento da cidadania é uma necessidade primária e urgente, capaz de reconhecer a pessoa como detentora de direitos (SOUSA; MACEDO, 2019). Essa premissa amplia a visão de que pessoas idosas em situação de rua seriam pedintes, porque há uma dívida social com essa população. Assim, mais do que a fome de comida é a fome de justiça social, que nada mais

é do que a valorização do ser-humano, através de participação social efetiva, autonomia e oportunidades otimizadas pelo sistema socioeconômico.

3.2 REPRESENTAÇÕES DE ESTEREÓTIPOS DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A presente categoria refere-se às representações sociais relativas aos estereótipos sobre pessoas em situação de rua, que diz respeito à forma como os dados foram processados, a partir de adjetivos e sentimentos listados pelos entrevistados, para representar pessoas idosas em situação de rua. Sendo que, essas representações sociais inserem-se na relação dinâmica entre os atores sociais, o fenômeno e o contexto (MOSCOVICI, 1978). Essa construção dialética tem implicações no dia-a-dia, pois atravessa a comunicação e os comportamentos de um determinado grupo em relação a essas representações. Qualificar através de sentimentos é uma das formas de representar o que é estranho, aquilo que não é bem compreendido, para dar sentido ao objeto em questão (MOSCOVICI, 2003).

Os participantes foram provocados, para listar três adjetivos que dariam aos idosos em situação de rua. As caracterizações são diversas, como, por exemplo, carente, abandonado, invisível, solitário, melhor idade, humilde, infeliz, inválido, corajoso, amoroso e outras. Sendo que, em sua maioria, os participantes tendem a associar idosos em situação de rua com os adjetivos de triste, carente e invisível [Figura Nuvem de Estereótipos]. Em relação aos sentimentos dos participantes quando veem ou pensam numa pessoa idosa em situação de rua, aparecem angústia (73,5%), impotência (63,6%) e compaixão (56,5%) como principais. A proposição categorizada como "interesse" aparece como o último quesito, apenas 5,1% manifestaram esse tipo de sentimento.

Desse modo, os entrevistados da pesquisa vigente, atribuíram diferentes estereótipos às pessoas idosas em situação de rualização, porque qualificaram esse grupo populacional, a partir da concepção das dificuldades contextuais e não por meio de atributos que definem esse segmento social enquanto indivíduos. Mesmo que haja algum tipo de dado de realidade, isso não impede de compreender que os estereótipos são nocivos, porque restringem o fenômeno (VIEIRA; LIMA, 2015). As qualificações colocam-se no ensejo de imagens determinadas por uma atmosfera cultural que deprecia dois grupos populacionais considerados como vulneráveis e marginais (CARVALHO, 2021). É possível que ocorra uma sobreposição de vulnerabilidade associada a pessoas idosas e pessoas em situação de rua.

Bueno (2013) denomina esse evento como dupla vulnerabilidade. Com efeito, a colisão dessa sobreposição tende a potencializar as vulnerabilidades de pessoas idosas em contexto de rualização gerando um sistema de opressão e agravo à saúde. De modo sumário, Ayres et al. (2006) aborda sobre as dimensões da vulnerabilidade que contemplam aspectos individuais, sociais e programáticos. Assim, esse conjunto de vulnerabilidades relativas à velhice e à situação de rualização formam um fenômeno ainda mais complexo. Chama a atenção alguns adjetivos que ocorreram com maior frequência entre os participantes do estudo: triste, carente e invisível. Desse modo, a opinião pública tende a compactuar com representações sociais de cunho estereotipado, uma vez que revela, com maior densidade, conteúdos negativos sobre a velhice em situação de rua.

O processo de estereotipização de pessoa velha em situação de rua relacionada com a tristeza coaduna com a representação social da velhice e da rualização como status de desvalorização (CARVALHO, 2021; VIEIRA; LIMA, 2015). A maioria dos participantes associaram tristeza a outras qualificações, como, por exemplo: carente, invisível, inválido, necessitado e doente. Assim sendo, a crença pessoal de “triste” assume um caráter pejorativo e coletivo, já estereotipado pela cultura contemporânea (VIEIRA, LIMA, 2015). Os aspectos compartilhados pelo grupo de estudantes universitários, de diferentes faixas etárias, reforçam a ideia coletiva de que pessoas idosas em situação de rua estão correlacionadas com a tristeza. Tal fenômeno pode ser compreendido através das representações sociais de ambos os grupos populacionais, tanto as pessoas velhas quanto as pessoas em contexto de rualização.

A manutenção de estereótipos relacionados à velhice em situação de rualização, por parte da cultura, reflete os processos de supergeneralização e supersimplificação dos indivíduos (NERI, 2005). Não existe apenas uma construção de velhice, assim como não existe apenas uma situação de rualização. Ambos aspectos são plurais, são várias velhices (DARDENGO, MAFRA, 2018; NERI, 2007). Entretanto, a cultura atual tende a considerar esses processos como homogêneos, por causa dos estereótipos, capazes de impulsionar preconceitos e

discriminações quanto à idade, raça e contexto de rua (FRANCISCO, 2022). Esses estereótipos causam impacto social, porque influenciam o comportamento dos atores sociais frente a grupos populações em situação de vulnerabilidade. A repercussão mais comum são as violências estruturais, que desestabilizam a cidadania desses indivíduos com menos oportunidades (MATTOS, 2017).

A configuração de estereótipos sobrepostos das condições de vulnerabilidade das velhices e das condições de vulnerabilidade da realização, em conformidade com o presente estudo, aponta emoções de impotência, angústia e compaixão enquanto representações da problemática. O tema traz qualquer tipo de constrangimento, porque sofre com um cenário de apagamento social (ANDRADE et al; 2022). Essa invisibilidade da problemática faz com que as pessoas não saibam o que fazer nem sobre o que pensar sobre indivíduos que estão nessa experiência de realização. Há uma naturalização do contexto de realização. Parar para pensar e refletir sobre quem são essas pessoas e o que se sente em relação às mesmas podem evocar uma crise existencial em relação ao ser humano (FIGUEIREDO et al; 2021).

Porém, mais frenético do que o conflito com a questão da realização é o chamamento à responsabilidade social. Daí o estereótipo de compaixão, que responde, de certa forma, a naturalização do problema e a falta de compromisso com o mesmo. De acordo com Ayesteran e Páez (1987), esse tipo de estereótipo é uma maneira de operacionalizar uma contradição do cotidiano, que tem como finalidade última o domínio da realidade. Ter compaixão, neste contexto, parece uma espécie de ancianismo, cujo processo de discriminação é programático (STAAB; HODGES, 1998; NERI; FREIRE, 2000). Assim sendo, a lógica da compaixão fortalece a existência de relações assimétricas, multiplicando os comportamentos de coerção, docilização e submissão (CAPONI, 1999).

Outro sentimento que apareceu no estudo foi a impotência, que é uma das conveniências analisadas por Nietzsche (1978). Para Nietzsche (1978), existe uma relação entre impotência e compaixão, pois, a primeira, refere-se à percepção do indivíduo acerca da realidade de outrem que lhe consegue afetar e a segunda, responde à primeira, como forma de autodefesa. Os fenômenos de impotência e compaixão conduzem a uma tentativa de expurgar a culpa, diante do espetáculo da miséria (CAPONI, 1999). Esses sentimentos dizem mais sobre o indivíduo que se sente impotente e compaixoso do que com o outro que está na aparente situação de miséria. Em contrapartida, a angústia assume o espectro do estereótipo do mal-estar na cultura, enquanto processo de desprazer diante da experiência de fracasso ou do desamparo mental (FREUD, 1996).

Destarte, as construções de estereótipos auxiliam na representação social de que pessoas em situação de rua provocam a ferida do desconforto com um sistema que falhou (BRASIL,

2006). O projeto social, que visava trazer harmonia, fracassou, e as suas consequências são de infelicidade. Daí a representação, dos participantes da pesquisa, que engloba uma série de emoções e sentimentos que evocam mal-estar (VÉRAS; FELIX, 2016). Contudo, o desconforto com os considerados *outsiders*, os estranhos desfilados da sociedade, aponta que existe uma eliminação do indivíduo enquanto pessoa (VALENCIO, 2010). Isso ilustra que os estereótipos ora analisados denunciam uma cultura de extermínio, que embora seja silenciosa, existe como forma de representação de exclusão.

Esse movimento de exclusão de pessoas em situação de rua denuncia um cotidiano marcado pela falta de compromisso eficaz da parte do Estado. Desse modo, a organização da vida nas ruas depende dos recursos sociais e serviços humanos que são desenvolvidos nos espaços públicos. Cada indivíduo vai encontrando a sua estratégia de sobrevivência, seja em albergues, praças, viadutos ou contribuições de diversas entidades assistenciais. Algumas instituições filantrópicas, públicas e privadas buscam estratégias de compensação de desigualdades sociais (SANTOS, 2015). No entanto, muitas vezes, não lidam de maneira emancipatória. Esses serviços temporários, embora sejam importantes, representam uma forma precária de lidar com a problemática da rualização.

3.3 REPRESENTAÇÕES DE COMPROMISSO COM PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Representações de Compromisso com pessoas idosas em situação de rua retratam a forma como as informações são analisadas, a partir das concepções dos participantes do estudo acerca do comprometimento com a resolução do problema em questão. Esta categoria está associada a duas subseções: (a) romantização, que se refere às respostas dos participantes sobre o que deve ser feito acerca da questão de pessoas idosas em situação de rualização e (b) rede furada, que diz respeito às estratégias de resolução da problemática, segundo os participantes. A primeira, denominada de romantização, expressa a ideia da maioria dos participantes sobre ajudar pessoas idosas em situação de rualização. O ajudar aparece de forma genérica, pois os participantes não tratam sobre como se deve ocorrer esse processo de ajuda. Alguns exemplos de falas: “Tentar ajudar de alguma forma”, “Prestar algum auxílio”, “Dar alimento?” e “Tentar ajudar”.

As representações de compromisso podem assumir a forma de ajuda genérica à medida que as pessoas desconhecem a realidade dessa população. Indivíduos em situação de rua buscam estratégias de sobrevivência, dentre elas, pessoas que possam assisti-las mesmo que seja de modo temporário. Serviços assistenciais, como, alimentação, água, vestuários e produtos

de higiene pessoal são as necessidades mais buscadas por esses indivíduos (MATTOS, 2017). No presente estudo, alguns participantes sinalizaram de diferentes formas esses serviços imediatos. Contudo, medidas dessa natureza não são suficientes para solucionar o problema. As pessoas em contexto de rua estão envelhecendo, seguindo o itinerário dos outros grupos populacionais, sem condições necessárias para reverter a situação de rualização (BRÊTAS, 2010). A visão romantizada parece estar impregnada da ideia da pessoa idosa rualizada como incapaz, que carece de medidas assistencialistas e caritativas.

Em relação à frequência com que os participantes veem pessoas em situação de rua e, especificamente idosos na mesma condição, nota-se, a partir dos dados levantados, que a maioria dos participantes veem sempre, 29,4%, frequentemente, 51,1%, ou às vezes, 15,3%. Somados todos estes grupos têm-se 95,8% dos participantes. Apenas 4,4% disseram que raramente veem pessoas em situação de rua e 0,6% afirmaram que nunca viram pessoas nessa situação. Entretanto, quando se trata de pessoas idosas na mesma situação, o número daqueles que veem frequentemente cai para 26,2%. Considerando os participantes que frequentemente, 26,2%, sempre, 8%, e às vezes, 39,6%, enxergam pessoas idosas nessa condição, percebe-se um declínio em relação ao grupo anterior, que somam 73,8%.

Porém, contradizendo a máxima de ajudar as pessoas em condições de rualização, mesmo vendo indivíduos nessas condições, outros estudos apontam que a maioria das pessoas passam de modo apressado, com medo, porque estigmatizam esses indivíduos como potencialmente criminosos, capazes de agir com violência (MATTOS; FERREIRA, 2004; VARANDA; ADORNO, 2004; TEIXEIRA et al; 2019). Embora, a pesquisa vigente não tenha dados suficientes para concluir sobre o estereótipo do “socialmente ameaçador”, diversos autores trazem esse elemento como uma representação social estereotipada de pessoas rualizadas. Desse modo, o estereótipo do “socialmente ameaçador” faz com que a maioria das pessoas não ofereçam ajuda e nem sequer parem para observar tal realidade (SICARI; ZANELLA, 2018).

As pessoas em situação de rua parecem fazer parte da cena urbana, como parte do espaço público (ANDRADE, 2001). Existe uma certa naturalização da condição de rualização e esvaziamento crítico, aparecendo o marcador da indiferença (ANDRADE, 2019). Há uma distância entre ver, querer ajudar e ajudar. A hegemonia dessa postura calcifica grupos minoritários em estereótipos românticos, que dizem muito pouco ou nada sobre a realidade (DARDENGO; MAFRA, 2018). Esse dilema social diz muito sobre o processo de romantização, que invisibiliza a existência de pessoas e nega-lhes o direito à vida.

Outrossim, o fenômeno de pessoas em contexto de rualização, na sua gênese histórica, tem uma representação bastante clássica, no imaginário social, associada à mendicância e a

indigência. Nesta esteira, a romantização faz jus ao estigma do “coitadinho”, que necessita de ajuda (MELO, 2011). Nota-se que a produção de tal estereótipo carrega as dicotomias de tantos outros estigmas. Ao mesmo tempo, que a pessoa é tipificada como coitada, também é vista como perigosa (MATTOS, FERREIRA, 2004). O imperativo do ajudar sem saber o como revela não apenas o desconhecimento do processo de velhices e rualização, mas, também a não percepção da contradição de se agir com indiferença e descaso diante da realidade factual.

Processos de exclusão carregam consigo as marcas da indiferença, ainda mais, quando se trata da velhice (BEAUVOIR, 1990). Essas relações de exclusão são construídas no capitalismo, a partir de grupos hegemônicos (VIEIRA; BARROS, 2008). No caso dessa pesquisa, estudantes universitários estão mais identificados com o conteúdo ideológico do assistencialista, uma vez que a problemática não parece afetá-los diretamente, do que com a ideia de que a pessoa idosa em situação de rua precisa ser oportunizada. Essa dimensão está circunscrita no conceito de envelhecimento ativo, que é o processo orgânico e sistêmico das oportunidades de saúde, segurança e participação social (OMS, 1994). A temática da cidadania surge como forma de entender a privação de direitos, já assegurados na Constituição Federal (1998), mas que são negligenciados.

De modo geral, a representação da ação ou do fazer não expõem a concretude do indivíduo e da sua subjetividade frente ao contexto de rualização, nem sequer os direitos da pessoa humana. O distanciamento entre o mundo universitário e a realidade do problema em questão parece impedir a reflexão de medidas concretas e específicas. A questão social carece de objetividade e compreensão do evento de rualização (SOUSA, MACEDO, 2019). Daí a generalização, que não consegue responder às questões mais profundas associadas à cidadania e ao compromisso do corpo social.

Entretanto, quando se trata de como a problemática de pessoas em situação de rua pode ser resolvida, os participantes apresentam respostas mais específicas. Dentre elas, emerge, com maior frequência, a questão das políticas públicas. Essa mesma categoria de resposta aparece associada aos motivos que conduzem as pessoas à situação de rua. De acordo com o estudo, alguns participantes responderam o seguinte: “interesses governamentais”, “Acredito que medidas por parte do governo, bem como ações sociais por parte de prefeituras locais podem auxiliar na resolução desta problemática”, “Os órgãos governamentais devem se responsabilizar e oferecer suporte a essa população”, e “Políticas públicas efetivas”.

No entanto, os mesmos participantes apontam dentre os motivos que levam uma pessoa à situação de rua estão: falta de apoio social (61%) e violação de direitos por parte do Estado (39,3%). Esta subseção intitulada como rede furada busca entender de que forma o sistema

sociopolítico fracassou, pois, considerando ambas as respostas, tanto a motivação quanto a resolução estão associadas ao modelo atual de sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender que as políticas públicas são formas de intervenção do Estado (DI GIOVANNI, 2009). Vale salientar, que as políticas públicas para pessoas idosas e pessoas em situação de rualização já existem. Contudo, a acessibilidade e a efetividade dessas políticas são outra questão. Há pouca abrangência da cobertura dos órgãos governamentais em relação a maioria dos indivíduos em situação de rua (ESMERALDO; XIMENES, 2021). Houve, por exemplo, em 2009, a implementação Nacional da Política para Pessoa em Situação de Rua (PNPSR), que foi instituída pelo Decreto n. 7.053, fruto da articulação e movimentação feitas, a partir dos Encontros Nacionais da População em Situação de Rua (BRASIL, 2006).

O então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou o primeiro encontro em 2005, com os objetivos de discutir, construir e concretizar políticas públicas para essa população (BRASIL, 2010). Naquela ocasião, as pessoas em situação de rua, que participaram do encontro, apontaram os seus maiores desafios para serem contemplados nas políticas públicas, dentre elas: dificuldade de garantir moradia, inclusão no mercado de trabalho, alfabetização e adequação dos serviços de saúde para as populações em contexto de rua (BRASIL, 2006).

Nesse diapasão, dispositivos, como, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Conselho Nacional de Serviço Social (CNAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para a Pessoa em Situação de Rua (CENTRO POP) e outros equipamentos encontram dificuldades para a efetivação das políticas voltadas para o público em situação de rua. As barreiras referem-se à visão preconceituosa sobre as pessoas nessa condição, ao pouco interesse dos órgãos governamentais locais, a burocratização das propostas e a falta de investimento nos programas existentes (BRASIL, 2006).

Além disso, as chamadas políticas emergenciais não estão caminhando para as políticas emancipatórias, que foram discutidas ao longo do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua (2006). Enquanto que as medidas emergenciais buscam suprir as necessidades mais básicas e imediatas, as políticas emancipatórias tratam sobre as condições estruturantes na recuperação da autoestima, fomentação do cooperativismo, impulso da economia solidária, geração de trabalho e renda (BRASIL, 2006). As políticas emancipatórias são medidas que buscam o resgate à cidadania, no sentido do empoderamento das pessoas em condição de extrema vulnerabilidade social, que lutam pelos seus próprios direitos. Assim, a emancipação

do indivíduo torna-se um rito de passagem, saindo de um estado de passividade para um lugar de protagonismo.

Atualmente, desde 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) passou a ser o órgão responsável, para assistir e coordenar as políticas públicas voltadas para os públicos mais vulneráveis, inclusive as pessoas em situação de rua. A fim de cumprir com a Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua (PNPSR), o atual Ministério criou a Coordenação-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco (CGRIS). Apesar das iniciativas propostas pelos órgãos do Estado, nota-se que os programas estão marcados pela forte institucionalização, com preocupação de retirar, apenas, as pessoas da rua, sem oferecer possibilidades concretas de uma reestruturação de suas vidas (VARANDA, ADORNO, 2004).

Políticas públicas emergenciais podem ser facilmente confundidas como medidas imediatistas e genéricas. Ou até mesmo, um apelo para o descarte das populações em contextos de vulnerabilidade. Demo (1995) aponta que o resgate à cidadania perpassa pela necessidade de uma construção de projeto de vida. Segundo Cabral e Costa (2016), uma das críticas que é feita às políticas públicas existentes é que as mesmas ocultam as causas estruturais do problema da rua. Na visão de Sousa e Macedo (2019), a estruturação dessa questão social carrega as marcas do clientelismo e da escravidão, que produziram uma cultura sistêmica de servidão e descarte dos indivíduos mais pobres.

Nesse prisma atual, há uma filiação ao sistema neoliberal, que culpabiliza o indivíduo que está na condição de vulnerabilidade e diminui a intervenção estatal (SOUSA, MACEDO, 2019). Desse modo, o Estado exime-se de suas responsabilidades sociais e lança as pessoas em situação de rua à própria sorte. Cabral e Costa (2016) continuam problematizando a questão quando identificam: falta de pesquisas sobre a população em situação de rua, tratamento homogêneo do Estado em relação a esse grupo, ausência de representatividade de pessoas em situação de rua em espaços públicos de decisão e o caráter assistencialista das políticas que não parecem assumir um viés emancipatório do indivíduo.

Assim, a rede de atenção que deveria amparar as pessoas em situação de rua propiciando dignidade e cidadania é a mesma que, em alguma medida, contribui para que indivíduos estejam em situação de grave vulnerabilidade social (SOUSA, MACEDO, 2019). Nesse sentido, a terminologia rede furada é a fotografia da fragilidade das políticas públicas e sociais, que precisam ser melhor analisadas e efetivadas. Pois, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), tais políticas têm como objetivos a promoção da

segurança de sobrevivência, acolhimento, além de convivência ou vivência familiar do indivíduo social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os achados do vigente estudo confirmam outros estudos da comunidade científica, a saber: há uma sobreposição de vulnerabilidades das condições de velhices e os contextos da situação de rua.. Essa sobreposição carrega representações sociais, que, por vezes, são manifestadas através de estereótipos. Pois, o fenômeno de estereotipização traduz a imagem de pessoa idosa em situação de rua, com predominância de aspectos valorativos negativos, como, por exemplo, triste.

Com efeito, as vertentes da opinião pública recusam representações sociais sobre a temática do envelhecimento nas ruas fora dos estereótipos de vagabundos e pedintes, não admitindo outros constructos. Com isso, esses fenômenos estereotipados acentuam, também, a visão assistencialista, que molda o comportamento dos agentes sociais de forma passiva. Daí a proposição de que os estudantes universitários conhecem pouco sobre a temática das velhices em contextos de rua, e por isso mesmo não sabem como enfrentar a questão.

Sublinha-se que os processos de supergeneralização e supersimplificação mantêm conteúdos de representações sociais estereotipadas negando a situação de velhices e rualização como heterogêneas. Deste modo, a opinião pública tende a considerar características que reforçam preconceitos e discriminações quanto à idade e ao contexto de rua. Outrossim, as emoções e sentimentos de compaixão e impotência revelados pelos indivíduos participantes inclinam-se ao evento de naturalização do fenômeno de pessoas idosas em situação de rua.

Essa naturalização gera uma atmosfera de romantização da realidade em si. Dessa maneira, o fenômeno aparece como genérico, sem perspectivas de um maior compromisso social com a resolução ou amenização da problemática das velhices rualizadas. O caráter romântico traduz uma ideia de que a pessoa idosa em situação de rua não é capaz de produzir diversos estilos de vida e nem sequer de emancipar-se diante das vulnerabilidades. Em contrapartida, há representações de compromisso que indicam as políticas públicas emancipatórias como medidas possíveis, para o enfrentamento do problema. Mesmo assim, a falta de efetividade e abrangência dessas políticas incidem num movimento cíclico que legitima as causas que provocam e mantém a situação de rualização.

No geral, a manutenção orgânica dos elementos que contribuem para a situação de rua pelo atual sistema socioeconômico continua fomentando múltiplos riscos para as pessoas nesse

contexto de vulnerabilidade, sobretudo para as pessoas idosas. Esses fatores de riscos, tais como, maior exposição às doenças e desnutrição contribuem para a má qualidade do envelhecimento e a baixa expectativa de vida de pessoas velhas em situação de rua. Nessa esteira, a realização de pessoas idosas denuncia a acentuação de uma cultura de morte, com a crescente desigualdade social e a negligência sobre os direitos desses indivíduos.

Tal como as pessoas em situação de rua criam outras perspectivas de vivências, mesmo diante do contexto de vulnerabilidade, os estudantes universitários, também, podem elaborar outras imagens sobre esses indivíduos. De um lado, a pesquisa vigente aponta conteúdos preconceituosos produzidos historicamente pela sociedade; por outro, os atores universitários podem assumir o papel de contribuir com a produção de uma nova cultura, com representações sociais menos românticas e mais realistas. No entanto, os novos saberes poderão propor medidas concretas, para amenizar ou solucionar a problemática da realização.

No que tange às limitações do presente estudo, compreende, sobretudo, a falta de mais questões abertas no instrumento de coleta de dados. Pois, a partir de questões subjetivas, os indivíduos poderiam, talvez, expressar outras representações sociais sobre a temática e elucidar melhor aquelas que foram inferidas. Desse modo, a descrição detalhada dos juízos poderia apontar outros conteúdos sobre representações sociais. Logo, são necessárias outras investigações que podem ser realizadas através de um instrumento de coleta de dados mais extenso, capaz de levantar outras inferências sobre como a opinião pública constrói representações sociais de pessoas velhas em situação de rua.

Faz-se necessário, ainda, ampliar as inquirições sobre as representações de compromisso social, para contribuir com as discussões a respeito das políticas públicas emancipatórias para pessoas idosas em situação de rua. Contudo, buscando um melhor entendimento acerca do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações que são desenvolvidas através de uma rede de políticas públicas e sociais. Com razão, não basta apenas pensar sobre políticas públicas, sem antes, conectá-las a outras medidas no campo da assistência social. Os serviços prestados às pessoas idosas em situação de rua precisam ser integrados, na perspectiva de vencer as estruturas burocráticas atuais e facilitar o acesso aos direitos.

Assim sendo, as próximas investigações científicas podem contribuir mais sobre as formas de acolhimento e reinserção social de pessoas idosas em situação de rua, para a prevenção do agravamento de negligência, violência e ruptura de vínculos. Em síntese, os estudos futuros podem analisar melhor as condições atuais das políticas públicas, especificamente para pessoas idosas, pois a maioria dos estudos consultados, para esse artigo,

parece homogeneizar a população de rua. Daí a necessidade de aprofundamento e possíveis propostas diante do fenômeno de pessoas idosas em contextos de rua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Deivid de; Salvadori, Lizandra Vaz. *PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, EXCLUSÃO SOCIAL E RUALIZAÇÃO: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL*. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_188.pdf Acesso em 16 de abril de 2022, às 15h.

AMORIM, Inês; PINTO, Sara. *Pobreza e caridade: as esmolas nos discursos e nas práticas da Misericórdia do Porto, na Época Moderna*. Vs 25, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/vsp/article/view/6081/5725> Acesso 03 de dezembro de 2022, às 17h.

ANDRADE, F. S. de. *Crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil: Táticas de sobrevivência e ocupação do espaço público urbano*. Jundiaí– SP: Paco Editorial, 2019.

ANDRADE, F. S. de. Diversidade, sociabilidade e superioridade masculina no cotidiano da rua. In. SANTOS, João Diógenes Ferreira dos; CARVALHO FILHO, Milton Júlio de; CUNHA, Tânia Rocha Andrade (Orgs.). *Memórias, masculinidades e feminidades*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/128/69> Acesso em 23 de novembro de 2022, às 23h.

ANDRADE, F.S.de; ANDRADE, S.V; SANTOS, G.S. do N. (Orgs.). *INVISÍVEIS: pessoas em situação de rua no Brasil significantes e significados*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; Carvalho, Virgínia Ângela Menezes de Lucena e. *Representações Sociais da Velhice entre Idosos que Participam de Grupos de Convivência*. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2005, 25 (1), 118-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/mDndWWhhg8VsyCRNgZPtCB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26 de novembro de 2022, às 18h.

AYRES, J.R.C.M; CALAZANS, G. J; SALETTI FILHO, H.C; FRANÇAS JUNIOR, I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Souza GW, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Junior M, organizadores. *Tratado de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, São Paulo: Fiocruz, Hucitec, 2006: 375-417.

BARROS, Aluizio Antônio de; PEREIRA, Cláudia Maria Miranda de Araújo. *Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica*. RAC, Curitiba, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/FVt5FgZfKy9xjjQr9TytyZM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 21h.

BARROS, José Augusto C. *PENSANDO O PROCESSO SAÚDE DOENÇA: A QUE RESPONDE O MODELO BIOMÉDICO?* Saúde e Sociedade 11(1):67-84, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4CrdKWzRTnHdwBhHPtjYGWb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 de abril de 2022, às 17h.

BATISTONI, Samila Sathler Tavares. *Contribuições da Psicologia do Envelhecimento para as práticas clínicas com idosos*. Psicologia em Pesquisa | UFJF | 3(02) | 13-22 | julho-dezembro de 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v3n2/v3n2a03.pdf> Acesso em 15 de abril de 2022, às 15h.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf> Acesso em 17 de outubro de 2022.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1990.

BOTTI, N. C. L; CASTRO, C. G. de; SILVA, A. K; SILVA, M. F. da; OLIVEIRA, L. C. de; CASTRO, A. C. H. O; FONSECA, L. L. K. *PADRÃO DE USO DE ÁLCOOL ENTRE HOMENS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE*. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.) 2010 Nov; 6(Especial):536-55. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v6nspe/10.pdf> Acesso em 25 de maio de 2022, às 23h.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann et al. *Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte*. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health, v. 1, n. 2, p. 164-179, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773> Acesso em 30 de maio de 2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2010.

BRASIL. *Decreto no 6.800, de 18 de março de 2009*. Dá nova redação ao art. 2º do Decreto no 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: MPAS, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

BRASIL. Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.html. Acesso em: 14 out. 2017. Acesso em 22 de abril de 2022, às 22h.

BRASIL. Governo Federal. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Ruapara consulta pública. Brasília, 2009. Disponível em: . Acessado em: 09 jan. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Sócia, Secretaria de Avaliação e Gesta da Informação. Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004.Norma Operacional Básica NOB SUAS. Brasília, DF: MDS; SNAS, 2005.

BRASIL. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Sumário Executivo. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; FERRAZ, Deise Brião. Uma visão holística das práticas em saúde mental amparadas na bioética latino-americana. *Cad. Ibero-Amer. Dir. Sanit.* Brasília, 6(4):10-26, out./dez, 2017. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/408/487> Acesso em 15 de abril de 2022, às 22h.

BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CABRAL, Maria de Fátima Cordeiro Trajano; VIANA, Angelina Lettiere; GONTIGO, Daniela Tavares. Utilização do paradigma da complexidade no campo da saúde: revisão de escopo. *Escola Anna Nery* 24(3)2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/JPTZR9rSDtFp3TwQFjGLfkP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 17 de abril de 2022, às 22h.

CABRAL, Luciano Roberto Gulart Júnior; COSTA, José Ricardo Caetano. Barreiras à cidadania nas políticas sociais para a população em situação de rua. *Rev. Bras. Polít. Públicas (Online)*, Brasília, v. 6, nº 2, 2016, p. 236-249. Disponível em: <file:///home/chronos/u-f513588f465e470126baed1dfd91e8c3c73573df/MyFiles/Downloads/4143-19246-1-PB.pdf> Acesso em 27 de novembro de 2022.

CAMPOS, M. A. R. Sob o céu da cidade: *Representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari* (dissertação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil, 2012.

CARVALHO, Greice da Silva. *A PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RUA, QUEM SE IMPORTA? Análise da produção científica brasileira sobre pessoa idosa em situação de rua*. INSTITUTO DE PSICOLOGIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249886/001151282.pdf?sequence=1> Acesso em 01 de dezembro de 2022.

CARVALHO, Marcos Antônio Candido; SANTANA, Juliana Prates; VEZEDEK, Lucas. *Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil*. Centro projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, 2017. Disponível em: http://www.projetoaxe.org/brasil/wp-content/uploads/2020/09/carvalho-santana-e-vezedeck_2017_sum%C3%A1rio-executivo-etapa-1_-_pesquisa-cartografias-dos-desejos.pdf Acesso em 17 de abril de 2022, às 21h.

CASTIGLIONI, Maria do Carmo. *Poesia concreta em prosa no asfalto: Limites da deficiência no espaço urbano*. *Interface (Botucatu)*, 2012, 16(43), 1087-1093. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000053> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 17h.

COELHO, Lívya Pereira; MOTTA, Luciana Branco da.; CALDAS, Célia Pereira. *Rede de atenção ao idoso: fatores facilitadores e barreiras para implementação*. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 28, n 4, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/CbfBzzx3MZZf6TGyYgMhbk/?lang=pt> Acesso em 27 de abril de 2022.

COSTA, Ana Paula Motta. *População em situação de rua: contextualização e caracterização*. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 4, dez. 2005. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/993/773> Acesso em 27 de abril de 2022, às 18h.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro 54(4):969-978, jul. - ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 de outubro de 2022, às 20h.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. *Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?* Minas Gerais: Revista de Ciências Humanas, vol. 18, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: [file:///home/chronos/u-f513588f465e470126baed1dfd91e8c3c73573df/MyFiles/Downloads/odemirbaeta,+Os+conceitos+de+velhice+e+envelhecimento+ao+longo+do+tempo%20\(1\).pdf](file:///home/chronos/u-f513588f465e470126baed1dfd91e8c3c73573df/MyFiles/Downloads/odemirbaeta,+Os+conceitos+de+velhice+e+envelhecimento+ao+longo+do+tempo%20(1).pdf) Acesso em 30 de maio de 2022, às 22h.

DI GIOVANNI, Geraldo. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas, in Caderno de Pesquisa nº 42, NEPP/UNICAMP. Campinas – SP, 2009. Pereira, Camila Potyara. Rua sem Saída. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. *MODOS DE SER E DE VIVER: A Sociabilidade Urbana*. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1992. Disponível em: <file:///home/chronos/u-f513588f465e470126baed1dfd91e8c3c73573df/MyFiles/Downloads/84913-Texto%20do%20artigo-119034-1-10-20140925.pdf> Acesso em 30 de maio de 2022, às 23h.

WORLD HEALTH (Organization). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p.: il.

FIGUEIREDO, A.T; CABRAL, J.H.S; FEBRAIO, S.L.de S; ROCHA, R.V.de S. *A PSICOLOGIA NA RUA: INQUIETAÇÕES, ESTEREÓTIPOS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA*. Boletim de Conjuntura (BOCA), ano III, vol. 8, n. 23, Boa Vista, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/494/360> Acesso em 01 de dezembro de 2022, às 22h.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 975-1003, set/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/JDs5DqSqSxZqjCb4mhtJs6D/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 de abril de 2022, às 23h.

FILHO, Carlos Eduardo Esmeraldo; XIMENES, Verônica Morais. Pobreza e pessoas em situação de rua: uma revisão sistemática. Psicologia e Pesquisa, v. 15, p. 1-27, 2021. Disponível em: <file:///home/chronos/u-f513588f465e470126baed1dfd91e8c3c73573df/MyFiles/Downloads/30064-Texto%20do%20artigo-145751-1-10-20210901.pdf> Acesso em 27 de abril de 2022, às 16h.

FRANÇA, Cristineide Leandro; MURTA, Sheila Giardini. *Prevenção e Promoção da Saúde Mental no Envelhecimento: Conceitos e Intervenções*. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2014, 34 (2), 318-329. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/GnQzV9V5t9GBYjwJxVyGYkH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 30 de maio de 2022, às 22h.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. *"População em situação de rua "; Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/populacao-situacao-rua.htm>. Acesso em 30 de maio de 2022.

FREUD, S. (1996i). O mal-estar na civilização. In S. Freud. Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud (vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. Obra original publicada em 1930.

FRIAS, M. A. da E; PERES, H. H. C; PEREIRA, V. AP. G; NEGREIROS, M. C. de; PARANHOS, W. Y; LEITE, M. M. J. *Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais*. Rev Bras Enferm. 2014 set-out;67(5):766-72. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cWZPBgJK6QhfsjSqGXGVHf/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 30 de maio de 2022, às 22h.

GUERRA, Ana Carolina Lima Cavaletti; CALDAS, Célia Pereira. *Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso*. Ciência & Saúde Coletiva, 15(6):2931-2940, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VwW7SNQhDvR3jGvTqfYWsgP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 de abril de 2022, às 23h.

GUSMÃO, B. da S; LEITE, K. L. Y; MONTEIRO, L; UMENO, M. B; PESSUTTI, M. S; SANTOS, Q. S; BATISTA, S. C; FALCÃO, D. V. da S. *Idoso em Situação de Rua e Vivência em Centros de Acolhida: Uma Revisão de Literatura*. Revista Temática Kairós Gerontologia, 15(6), "Vulnerabilidade/Envelhecimento e Velhice: Aspectos Biopsicossociais", pp.313-331. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: <file:///home/chronos/u-f513588f465e470126baed1dfd91e8c3c73573df/MyFiles/Downloads/17309-Texto%20do%20artigo-43172-1-10-20131122.pdf> Acesso em 28 de maio de 2022, às 23h.

JACINTO, Paulo de Andrade; RIBEIRO, Eduardo Pontual. *CRESCIMENTO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO: MENOS TRABALHADORES E TRABALHADORES MAIS PRODUTIVOS?* Pesquisa e planejamento econômico, v. 45, n. 2, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5167/1/PPE_v45_n02_Crescimento.pdf Acesso em 15 de abril de 2022, às 18h.

JOVCHELOVICH, S; BAUER, M.W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KASPER, Christian Pierre. *HABITAR A RUA*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/155628/habitar-a-rua> Acesso em 15 de abril de 2022, às 19h.

MARTINS, Rosa Maria Lopes; RODRIGUES, Maria de Lourdes Martins. Estereótipos sobre Idosos: uma representação social gerontofóbica. Millenium Revista do ISPV, 2004, N.º 29,249-254. Disponível na internet em URL: <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium29/32.pdf> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 21h.

MATTOS, Carine Magalhães Zanchi de. *CONDIÇÕES E MODO DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE RUA*. Porto Alegre: PUC-RGS, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8060/2/MATTOS_CARINE_%20MAGALH%c3%83ES_%20ZANCHI_%20DE_TESE.pdf Acesso em 01 de dezembro de 2022, às 21h.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, Ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/r6rMZrKqN9VR8jxhKGVSDdQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 21 de novembro de 2022, às 22h.

MAFFEZOLI, João Gabriel de Andrade; PRETTO, Zuleica. *A RUA E A AFETIVIDADE*. Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina: UNISUL, 2019.

MINAYO, M. C. S., & Coimbra, C. E. A., Jr. Entre a liberdade e a dependência: Reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In M. C. S. Minayo, & C. E. A. Coimbra Jr. (Eds.), *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 11-24), Fiocruz, 2002.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. *O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras*. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro, 2016; 19(3):507-519. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 15 de abril de 2022, às 23h.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MUYLAERT, C. J; JR, V. S; GALLO, P. R; NETO, M. L. R; REIS, A. O. A. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. Rev Esc Enferm USP 2014; 48(Esp2):193-199. Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp Acesso em 01 de junho de 2022, às 10h.

NASCIMENTO, André José de; MEDEIROS, Maria da Gloria de. *O FIM DA ESCRAVIDÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS*. IV Colóquio de História. Pernambuco: UNICAP, 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.309.pdf>

NASCIMENTO, Yanna Cristina Moraes Lira. *O adoecimento mental: reflexos sobre a identidade da pessoa que sofre*. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/4529/1/O%20adoecimento%20mental%20reflexos%20sobre%20a%20identidade%20da%20pessoa%20que%20sofre.pdf> Acesso em 30 de maio de 2022, às 23h.

NÉRI, A. L., & Cachioni, M. *Atitudes e preconceitos em relação à velhice*. In A. L. Néri (Ed.), *Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade* (pp. 33-46). Editora Fundação Perseu Abramo; Edições SESC, 2007.

NERI, Marina Liberalesso. *Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos*. Psico-USF, v. 9, n. 1, p. 109-110, Jan./Jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/GjMh8KSmhj8VnvJmVGXK5hP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01 de dezembro de 2022, às 10h.

OMS (1994). Declaração elaborada pelo Grupo de Trabalho da Qualidade de Vida da OMS. Publicada no glossário de Promoção da Saúde da OMS de 1998. OMS/HPR/HEP/ 98. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

RIBEIRO, Priscila Cristina Correa. *A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional*. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 8 (2), Edição Especial, dezembro, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v8nspe/09.pdf> Acesso em 26 de abril de 2022, às 15h.

ROSA, Anderson da Silva; CAVICCHIOLI, Maria Gabriela Secco; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. *O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA-CUIDADO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA*. Rev Latino-am Enfermagem 2005 julho-agosto; 13(4):576-82. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/gPHtMqvByFBzdRdrFphs6xJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 20h.

ROSANELI, Alessandro Filla. *Olhares pelo espaço público*. 1 ed. Curitiba: Setor de Tecnologia da UFRP, 2019. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/observatoriodeespacopublico/wp-content/uploads/sites/36/2019/10/LIVRO_2019_VF.pdf> Acesso em: 03 de dezembro de 2022.

SANTOS, Kátia Cristina Cruz. *Políticas públicas sociais aplicadas ao direito à moradia digna*. Revista Espaço Acadêmico, n. 172, setembro de 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/24710/15129> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 15h.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *VELHICE: UMA QUESTÃO PSICO-SOCIAL*. Pernambuco: Departamento de Psicologia LABINT, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v2n2/v2n2a13.pdf> Acesso em 27 de abril de 2022, às 23h.

SCLIAR, Moacyr. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1):29-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/WNtwLvWQRFbscbzCywV9wGq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 de abril de 2022, às 22h.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/QnBZpPSkC6Zwv6YD6nnTdcq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 27 de abril de 2022.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. *Psicologia: Ciência e Profissão* Out/Dez. 2018 v. 38 n°4, 662-679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 18h.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. *ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO, SUAS/CRAS E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES*. *Psicologia & Sociedade*; 23(n. spe.), 12-21, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26 de abril de 2022, às 22h.

SILVA, José Afonso da. *CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO*. 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas Silva. *Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kM6LLdqGLtgqpggJT5hQRCy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26 de abril de 2022, às 22h.

SILVA, Rosimeire Barboza da; COSTA, Alderon Pereira da. Direitos humanos da população em situação de rua? Paradoxos e aproximações a uma vida digna. *Revista Direitos Humanos e Democracia*. n. 6, p. 117-135, jul./dez. 2015.

SILVA, Rosimeire Barboza da; COSTA, Alderon Pereira da. O canto de sereia: população em situação de rua e direitos humanos no Brasil. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa (Orgs.). *Direitos humanos no Brasil 2014: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 151-156.

SILVA, Rosilda Verissimo; OLIVEIRA, Walter Ferreira de. *O MÉTODO FENOMENOLÓGICO NAS PESQUISAS EM SAÚDE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA*. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.421-1.441, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/KDLCkFXGXmWJrFfbzWdWRdt/?format=pdf&lan g=pt> Acesso em 12 de dezembro de 2022.

SOUZA, P. M. S.; SOUZA, C. H. M. de; CONSTANTINO, P; PESSANHA, F. P; MONTEIRO, M. M. F. *POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE*. Temas em

Saúde. João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/12/18414.pdf> Acesso em 27 de abril de 2022, às 19h.

TEIXEIRA, Mirna Barros, BELMENTE, Pilar, ENGSTROM, Elyne Montenegro, LACERDA, Alda. Os invisibilizados da cidade: o estigma da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro. SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 43, N. ESPECIAL 7, P. 92-101, DEZ 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HvKgfjxk3zpkcHBKFMn6tz/?format=pdf&lang=pt>

VALENCIO, Norma (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Vol. 2. São Carlos: RiMA Editora, 2010.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 13, n. 1, jan./abr. 2004. p. 66.

VARGAS, Heber Soares. *Psicologia do Envelhecimento*. Série Vivências Médicas. FUNDO EDITORIAL BYK-PROCIENX: São Paulo, 1983.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 441-459, jul 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3607> Acesso em 01 de junho de 2022, às 23h.

VIEIRA, Rodrigo de Sena e Silva; Lima, Marcus Eugênio Oliveira. *Estereótipos sobre os Idosos: Dissociação entre Crenças Pessoais e Coletivas*. Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, nº 4, 947-958. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n4/v23n4a12.pdf> Acesso em 03 de dezembro de 2022, às 23h.

VIEIRA, Rodrigo de Sena e Silva; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Estereótipos sobre os Idosos: Dissociação entre Crenças Pessoais e Coletivas. Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2015, Vol. 23, nº 4, 947-958. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n4/v23n4a12.pdf> Acesso em 01 de dezembro de 2022, às 23h.

WEBER, Andréa F; PÉRSIGO, Patrícia M. *PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA: princípios e exercícios*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017.

WIJK, Livia Bustamante van; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. *Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa*. Ciência & Saúde Coletiva, 24(9):3357-3368, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jkVXqj4J7w4FmxXVZ3YnWFy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 22 de maio de 2022, às 23h.

WITTER, Geraldina Porto. *Tarefas de desenvolvimento do adulto idoso*. Estudos de Psicologia I Campinas I 23(1) I 13-18 I janeiro-março 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Qz4ZyVZvpHNTJdRcgBtNwCk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 26 de abril de 2022, às 17h.

